



A TERRITORIALIDADE DA IGREJA CATÓLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

■ MARIANA LAMEGO - MESTRANDA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - UERJ

RESUMO

A PARTIR DA ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO E DESMEMBRAMENTO DA REDE DIOCESANA EMPREENDIDO PELA IGREJA CATÓLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, O ARTIGO PRETENDE DESVENDAR O PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO DAS DIOCESES, PRELAZIAS E ARQUIDIOCESES MINEIRAS, REVELANDO A ESTRATÉGIA DE OCUPAÇÃO DO QUAL FAZ USO A IGREJA CATÓLICA NA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS.

PALAVRAS-CHAVE: TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE, REDE, DIOCESES, RELIGIÃO.

INTRODUÇÃO

● presente artigo objetiva desvendar o padrão de distribuição espacial das dioceses e arquidioceses do Estado de Minas Gerais no ano de 2000. Esta pesquisa integra o projeto Territorialidade da Igreja Católica no Brasil, em realização no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura. O propósito é investigar a estratégia de ocupação espacial pela Igreja Católica, bem como apontar os condicionantes que forjam sua territorialidade e dinâmica. Esta proposta preza, essencialmente, pela compreensão do fenômeno religioso a partir de sua capacidade de ultrapassar as fronteiras do simbolismo, do conjunto de crenças de um povo. Só assim é possível lançar-se ao desafio de reconhecer no espaço o seu alcance.

Faz-se necessário ressaltar que a busca para possíveis explicações acerca do padrão de distribuição espacial do qual faz uso a Igreja Católica, exige muita cautela, pois o estudo empírico resultante da análise de dados, gráficos e mapas não

pode, de forma alguma, ser entendido como uma macroexplicação, uma tentativa de adequar realidade à teoria. Os fatores que conduzem a explicações acerca da distribuição espacial da rede diocesana no Estado de Minas Gerais não podem ser reduzidos ao caráter sócio-econômico, e é por essa perspectiva que caminha nossa investigação. Isto posto, torna-se essencial conhecer a natureza do agente que por ora nos propomos a estudar.

A RELIGIÃO E O ESPAÇO

A partir do reconhecimento da distinção entre o espaço sagrado e o não sagrado torna-se possível pensar num campo do conhecimento que se ocupe das interações entre espaço e religião. Esta interpretação é, por sua vez, chave para a possibilidade de entendimento do fenômeno religioso pela ciência geográfica, isto é, a tentativa de entender o espaço a partir do modo pelo qual a religião dele apropria-se, moldando-o de acordo com suas práticas religiosas.

O fato religioso dá-se necessariamente no espaço e através de sua prática e experiência, é capaz de transformar genuinamente espaço em espaço sagrado. Cria-se, dessa forma, um espaço qualitativamente distinto do espaço não sagrado (Eliade, 1992). Partindo deste pressuposto é possível pensar uma geografia do espaço religioso, apoiada no estudo das interações entre o homem e o espaço através da perspectiva da religião (Rosendahl, 1996).

É a partir deste estatuto que lançamo-nos ao projeto de desvendar o padrão de apropriação espacial do qual faz uso a Igreja Católica, tornando inteligível sua vasta rede de paróquias, dioceses e arquidioceses que recobre o território brasileiro. No entanto, para investigar a forma como os espaços da Igreja Católica foram definidos, bem como apontar os condicionantes que forjam sua territorialidade, é preciso reconhecê-la na qualidade de agente modelador do espaço, cuja lógica acentua seu poder e natureza, seu propósito e metas distintas.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE _____

Reconhecemos a Igreja Católica como um agente modelador do espaço, com uma lógica própria que objetivamos desvelar. A forma e intensidade do poder de ação da Igreja Católica determinam o gradiente de intervenção no espaço e conseqüente definição de seu território. Portanto, para estabelecermos a base para a compreensão deste fenômeno, é mister determinarmos a natureza do conceito de território e territorialidade, que será o fio condutor da pesquisa.

O conceito de território proposto por Souza (1995) vem ao encontro de nosso objetivo ao abordar o sentido do território diretamente vinculado às relações de poder que nele se

estabelecem. Essa interpretação remonta às mais antigas civilizações, nas quais a dimensão espacial já era reconhecida como de extrema importância como vigoroso instrumento de manutenção, conquista e exercício de poder. O conceito de território adotado, no âmbito da presente pesquisa distancia-se da noção usual que o conecta a uma dimensão espacial rigorosa, expressa pela idéia de espaço-símbolo do Estado, o território nacional.

Através deste prisma, o território pode ser compreendido em sua flexibilidade, sua elasticidade formal e contedística, evidenciada na relação fluida que desenvolve com as noções de espaço e tempo. É justamente a não rigidez no tempo e no espaço a característica que garante ao território a possibilidade de reunir noções como identidade, alteridade, relações de poder e espaço.

Corrêa (1994), por sua vez, relaciona a criação do território à apropriação de determinados segmentos do espaço. Para este autor o território "(...) associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço, (...) a apropriação (...) pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas realizadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, identidade ou outros atributos". (1994: 251).

Essa apropriação do espaço e criação do território são ambas fruto de uma ação. Ação engendrada por um agente determinado. O que nos direciona a dois pontos cruciais: (1) sobre a possibilidade de identificação dos agentes sociais capazes de modelar o espaço, criando e fragmentando territórios, e (2) acerca do domínio e articulação destes agentes por sobre os homens e sociedades.

Outras questões surgem para fomentar a pesquisa e se vinculam à discussão acerca dos conceitos de território e territorialidade, tais como: se o território pode ser compreendido como o substrato das territorialidades que nele se firmam, isto é, as relações sociais projetadas no espaço concreto, quantas dimensões da realidade podem, nesta análise, vir à tona? Ou ainda: quantos níveis de dominação envolvem esses agentes? Quantas territorialidades coexistem no país, sejam elas formais, informais, perenes ou fugazes?

Sobre o conceito de territorialidade, revisitamos Sack (1986), que define a territorialidade como uma estratégia de controle do território, sempre vinculada ao contexto social na qual se insere. Nesse sentido, a história das territorialidades está irremediavelmente amarrada à história do próprio espaço e da evolução da organização social. Trata-se, então, de investigar a forma como este espaço é utilizado ao longo do tempo, quem controla quem e com quais objetivos.

Um pertinente desdobramento da reflexão de Sack, adequado às intenções desta pesquisa, remete à idéia da dissociação da questão da escala da própria territorialidade – da própria estratégia de ocupação – que nela se desenvolve. Em outras palavras, significa a desarticulação entre o tamanho da área ocupada com o poder de influência e domínio por sobre a mesma. O que induz pensar que a territorialidade deve ser reconhecida fundamentalmente como uma ação, uma estratégia de poder e manutenção, independente do tamanho da área a ser dominada ou do caráter meramente quantitativo do agente dominador.

A partir desta interpretação, que elege as relações de poder como a dimensão que define o território e concebe a territorialidade como estratégia de

controle, é preciso ater-nos às bases da constituição deste domínio, apontando aquilo que o mantém e o legitima. A Igreja Católica surge, neste momento, pelo notável exemplo do domínio organizado que exerce, através de uma estrutura administrativa peculiar e contínua, cujos aspectos simbólicos permanecem através do tempo difundidos nas sociedades.

Os conceitos acima discutidos colocam um conjunto de questões diretrizes para a investigação acerca do domínio e controle do espaço pela Igreja Católica, a saber: como a Igreja Católica cria seu território a partir de sua prática? Qual interpretação a Igreja Católica dá ao espaço ao criar seu território? Qual lógica conduz essa interpretação? Em que medida esta lógica própria da Igreja Católica confirma ou altera a lógica preexistente?

IGREJA CATÓLICA E REDES _____

Outro conceito-chave no entendimento da forma de apropriação espacial a que recorre a Igreja Católica, é o conceito de *rede*. Amplamente adotado no campo da ciência geográfica, o conceito de rede vem somar-se ao conceito de território para traduzir e sustentar os objetivos e propósitos da presente pesquisa.

De acordo com Corrêa (1997:107) "por rede geográfica entendemos um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações". Isso indica que a complexidade das redes vem na esteira da própria complexidade da organização social, das relações sociais, econômicas, culturais e políticas. As redes são como componentes inalienáveis da organização espacial. Corrêa estabelece ainda as possibilidades de análise do fenômeno, compreendendo seu caráter complexo, desigual e inconstante. Para tal, lança mão de três dimensões de análise, a saber: (1) uma dimensão

organizacional, que investiga a configuração interna da rede a partir da definição de seus agentes, origem, função e finalidade, entre outros aspectos que determinam sua estrutura; (2) uma dimensão temporal, que se ocupa da duração, velocidade e frequência da rede; e, por fim, (3) uma dimensão espacial que se associa à escala, à forma e à conexão da rede. Estas duas últimas dimensões de análise definem a dimensão espaço-temporal, fundamental para a compreensão da capacidade de difusão da rede, elemento primordial para sua própria existência.

Neste sentido, mais duas questões essenciais à nossa pesquisa revelam-se: (1) em que medida a rede da Igreja Católica reestrutura redes pretéritas e modela redes futuras? E, (2) utilizando os critérios das dimensões de análise das redes geográficas, como poderia ser compreendida e classificada a complexa rede da Igreja Católica?

A Igreja Católica estrutura-se espacialmente através de uma rede própria, evidenciando conexões que tornarão mais ou menos eficiente sua atuação no espaço. A própria hierarquia clerical aponta a uma evidente hierarquia espacial: uma centralidade-mor representada pelo Vaticano em Roma; uma centralidade nacional, a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, em Brasília, (a arquidiocese não é um nível hierárquico, mas um símbolo de maior status que as dioceses, sem poder adicional); e as centralidades presentes nos estados e municípios, as dioceses, preenchidas por inúmeras paróquias - num processo que acentua a não homogeneidade dos espaços a serem ocupados pelos edifícios católicos, incluindo sua estrutura administrativa.

Os diversos padrões de localização, as graduações no poder de interação entre essas estruturas, bem como sua quantidade e espacialidade

devem sua variabilidade também a aspectos externos, evidenciando claramente sua articulação com diferentes instâncias componentes da totalidade social. Esta configuração espacial da Igreja Católica apresenta-se como modelo de rede geográfica, atuando através de descontinuidades e continuidades sobre o espaço.

O MÉTODO DE ANÁLISE DA PESQUISA _____

Para analisar a distribuição espacial da rede da Igreja Católica no Estado de Minas Gerais foram utilizados os dados presentes no Anuário Católico Nacional, relativos ao ano de 2000, publicado pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social. Toda a rede de arquidioceses, dioceses, prelazias e paróquias é, nesta publicação, disponibilizada, bem como o número de padres e administradores paroquiais. Dessa forma é possível analisar e interpretar o poder de atuação da Igreja Católica a partir do modo pelo qual configuram-se seus estabelecimentos. O presente estudo, no entanto, limita-se às informações sobre localização de dioceses, prelazias e arquidioceses, considerando a origem e o ano de criação.

O ESTADO DE MINAS GERAIS _____

Minas Gerais é um Estado de grandes dimensões territoriais (582.586 km²), o que contribui sobremaneira para sua diversidade em termos de densidade, renda e processos produtivos. Esta dimensão, por sua vez, é responsável por uma desigual valorização espacial. A estratégia de ocupação espacial engendrada pela Igreja Católica deve ser entendida à luz desta valorização desigual estabelecida pelos agentes sócio-econômicos. Pode-se afirmar que a rede diocesana e paroquial mineira se desenvolve em um espaço extremamente heterogêneo.

Minas Gerais possui um quadro natural diversificado, o que também é explicado em função de suas dimensões. O norte caracteriza-se pelo clima semi-árido e vegetação de caatinga, a porção centro-ocidental tem o clima tropical com acentuada estação de seca e vegetação de cerrado e a encosta oriental e meridional formada basicamente por vegetação de floresta tropical (Mattos, 2000). Esta diversidade natural é fundamental para compreender seu processo de ocupação e desenvolvimento econômico. A presença de recursos minerais em algumas partes do estado, como na Serra do Espinhaço, foi motor do surgimento dos primeiros núcleos urbanos, que datam do período colonial, a partir do final do século XVII, como Ouro Preto, São João Del Rey, Diamantina, Mariana, Congonhas e Sabará, entre outros.

Uma importante característica desse processo de ocupação, que acompanha as descobertas auríferas, diz respeito ao caráter descontínuo da ocupação. Ao contrário de outros estados, como o Paraná, ocupados pelo avanço do fluxo contínuo de povoamento, de caráter agropecuário, a ocupação de Minas Gerais deu-se por saltos, à medida em que novas jazidas eram descobertas. A configuração territorial de Minas Gerais refletia, dessa forma, núcleos ocupados, distantes uns dos outros e rodeados por extensas áreas virgens. (Singer, 1968).

A atividade extrativa mineral foi responsável, também, pela ocupação de extensas áreas em torno desses núcleos, que se especializaram nas atividades agro-pastoris voltadas ao abastecimento dessas novas cidades. O desenvolvimento de parte dessas áreas de subsistência, em detrimento de muitas áreas que entram em franca decadência, vai sustentar a economia do estado após o esgotamento dos depósitos auríferos. São originados, nesse processo, novos núcleos de povoamento alavancados pelo desenvolvimento da

agropecuária e pela extração e aproveitamento do minério de ferro (Singer, 1968). O desmembramento e fragmentação das primeiras paróquias mineiras, alçadas à categoria de dioceses – à medida em que seus núcleos urbanos adensavam –acompanha o desenvolvimento sócio-econômico da região. Nesse sentido é possível desvelar a sintonia existente entre a estratégia espacial adotada pela Igreja Católica e os efeitos do desenvolvimento econômico do Estado.

TERRITORIALIDADE EM 1930 E 2000 _____

Para uma melhor compreensão do processo de ocupação espacial pela Igreja Católica no Estado de Minas Gerais dois períodos conduziram a pesquisa, de 1745 a 1930 e de 1930 a 2000, por tratarem-se de momentos significativos de criação e fragmentação dos territórios ocupados pela rede diocesana católica. O quadro 1 descreve a cronologia de criação das dioceses mineiras – sendo a diocese de origem apresentada entre parênteses.

A atuação da Igreja Católica, entre 1901 e 1930, foi marcada por um processo de intensificação da sua ação territorial com a criação de 61 das 80 dioceses existentes em todo o Brasil em 1930. (Rosendahl e Corrêa, 2003:12). Acompanhando este processo a rede diocesana no estado de Minas Gerais, que contava com apenas três dioceses em 1900, passa para doze dioceses e uma prelazia e espalha-se de forma relativamente homogênea pelo Estado. Mariana foi a primeira diocese criada em Minas Gerais, desmembrada da diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1745. A criação dessa diocese representa o movimento de integração, engendrado pela Igreja Católica, dos territórios localizados no interior do país, denominado Sertão (Corrêa e Rosendahl, 2003: 7). Mariana era um núcleo urbano de importância relativa, dada a proximidade à

QUADRO 1: DESMEMBRAMENTO DAS DIOCESES MINEIRAS

Período	Ano de Criação - Diocese (Origem)
1745 a 1800	1754 Diocese de Mariana (Rio de Janeiro)
1801 a 1850	
1851 a 1900	1854 Diocese de Diamantina (Mariana) 1900 Diocese de Pouso Alegre (Mariana)
1901 a 1930	1907 Diocese de Campanha (Pouso Alegre) 1907 Diocese de Uberaba (Diamantina/Goiás) 1910 Diocese de Montes Claros (Diamantina) 1913 Diocese de Araçuaí (Diamantina) 1915 Diocese de Caratinga (Mariana) 1916 Diocese de Guaxupé (Pouso Alegre) 1918 Diocese de Luz (Mariana/Uberaba) 1921 Diocese de Belo Horizonte (Mariana) 1924 Diocese de Juiz de Fora (Mariana) 1929 Prelazia de Paracatu
1931 a 1950	1941 Diocese de Oliveira (Belo Horizonte) 1942 Diocese de Leopoldina (Juiz de Fora)
1951 a 2000	1955 Diocese de Patos de Minas (Uberaba) 1955 Diocese de Sete Lagoas (Belo Horizonte) 1956 Diocese de Governador Valadares (Diamantina) 1957 Diocese de Januária (Montes Claros/Prelazia de Paracatu) 1958 Diocese de Divinópolis (Belo Horizonte) 1960 Diocese de São João Del Rey (Mariana/Campanha) 1960 Diocese de Teófilo Otoni (Diamantina) 1960 Diocese de Uberlândia (Uberaba) 1962 Diocese de Paracatu (Montes Claros/Uberaba) 1965 Diocese de Itabira-Fabriciano (Mariana/Diamantina) 1968 Abadia de Claraval (Guaxupé) 1981 Diocese de Almenara (Araçuaí/Teófilo Otoni) 1985 Diocese de Guanhães (Itabira/Governador Valadares) 2000 Diocese de Janaúba (Montes Claros/Januária)

(fonte: Anuário Católico do Brasil – CERIS – 2000)

cidade mais importante do período do ciclo aurífero, Ouro Preto.

No processo de constituição de sua territorialidade em Minas Gerais, a Igreja Católica apoiou-se em dois focos difusores: as dioceses de Mariana e Diamantina. É interessante ressaltar o gigantesco hiato temporal que separa a criação das dioceses supracitadas. Mais de um século após a criação da diocese de Mariana, Diamantina foi dela desmembrada em 1854. Esse lapso temporal revela uma série de dificuldades

que justificam a lentidão do processo de difusão territorial católica: o número restrito de bispos no país; a dependência das decisões do bispado à coroa portuguesa, durante o período colonial; e a própria lentidão com a qual os territórios eram povoados e valorizados economicamente e, por conseguinte, valorizados pela Igreja Católica.

Quase todas as dioceses criadas em Minas Gerais até 1930, devem sua origem a esses dois focos difusores: Mariana e Diamantina. Observa-se que o

processo de desmembramento passa a ocorrer em lapsos de tempo cada vez menores, ocorrendo até duas criações de dioceses no mesmo ano, seguindo a mesma bula papal, o documento oficial que autorizava a elevação das paróquias à categoria de diocese. As doze dioceses e a prelazia criadas até 1930 em Minas Gerais revelam um posicionamento espacial bastante peculiar, marcado pelo espraiamento por quase toda a superfície do Estado: do extremo oeste, com a Prelazia de Paracatu e a Diocese de Uberaba, passando pelo norte com a Diocese de Montes Claros, pelo nordeste com a Diocese de Araçuaí, indo para a parte oriental com a Diocese de Caratinga e Juiz de Fora, e ao extremo sul com a Diocese de Pouso Alegre. Grandes distâncias foram estabelecidas nesse processo de ocupação territorial pelos agentes da Igreja Católica. Revela-se, neste sentido, a preocupação em dominar um amplo território, ainda que imensos vazios existam entre as dioceses. Durante o período de 1901 a 1930 – porém, mais marcadamente nos desmembramentos subseqüentes a esta data – o movimento de difusão da Igreja Católica parece sinalizar um adensamento, com criações que ocupam os vazios deixados. Todo o interior, pontuado em seus limites pelas dioceses criadas até 1930, começa a ser ocupado, em períodos de tempo relativamente curtos, com inúmeras criações simultâneas ou em intervalos inferiores a dois anos. É importante ressaltar a proximidade espacial que marca as criações pós-1930, principalmente na área central de Minas Gerais.

Tendo como referência esta transformação da natureza do processo de difusão da Igreja Católica, revelam-se como novos e importantes focos difusores, no período de 1930-2000, as dioceses de Belo Horizonte e Uberaba. A partir da segunda metade do século XX, Belo Horizonte passa a se constituir em

metrópole regional, configurando-se ainda com um expressivo centro industrial (Singer, 1968).

ESTRATÉGIA DE OCUPAÇÃO PELA IGREJA CATÓLICA ____

Minas Gerais apresenta uma série de particularidades no tocante à distribuição espacial das dioceses, prelazias e arquidioceses. O desmembramento das dioceses aponta um claro processo de perda de importância de algumas cidades históricas, como, por exemplo, Mariana e Diamantina, sedes das primeiras arquidioceses, para cidades economicamente mais importantes ou mais recentes como Belo Horizonte e Uberlândia.

A consideração que podemos formular acerca do padrão de distribuição espacial das dioceses mineiras está atrelada à idéia do processo de fragmentação das dioceses dar-se, num primeiro momento, por antigüidade, em sintonia com a própria evolução da ocupação do Estado a partir do ciclo aurífero, cujas cidades mais importantes economicamente e vetores de expansão e desenvolvimento urbano no século XVIII são hoje as cidades históricas, preservadas suas formas e transformadas suas funções. Posteriormente, observamos que o processo de desmembramento das dioceses ocorre através da existência de uma rede de lugares centrais. Este processo revela a reconfiguração da dinâmica sócio-econômica de todo o Estado.

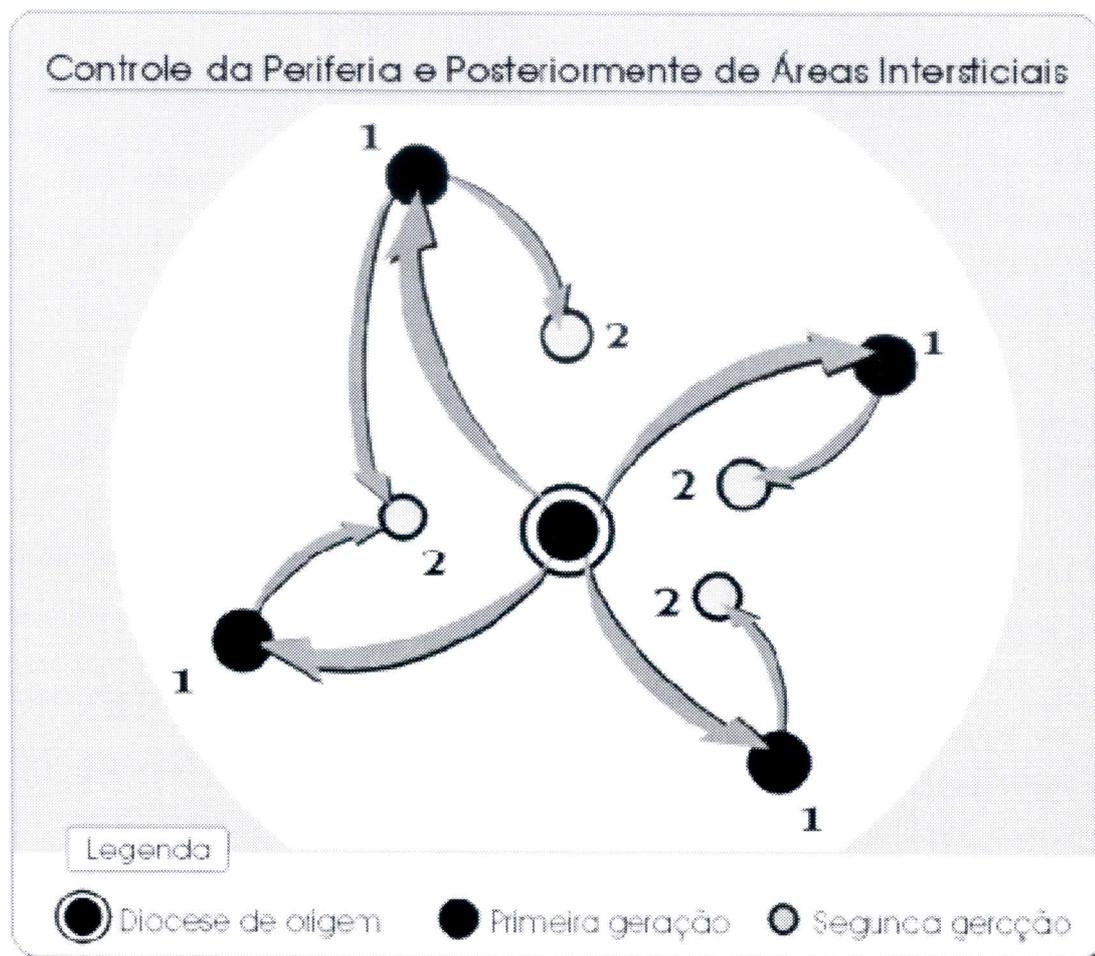
A estratégia de ocupação e criação dos territórios efetuada pela Igreja Católica em Minas Gerais aponta para um movimento de domínio dos limites estaduais, num primeiro momento, para posterior domínio do interior – conforme esquematizado na figura 1. A preocupação inicial da Igreja Católica em Minas Gerais foi ocupar e pontuar a superfície do estado com dioceses distribuídas por meio de

seletividade espacial (Corrêa, 1995). A intensificação de sua ação sobre o território teve como principal resultado o posterior adensamento da rede diocesana, fruto da mudança de uma difusão por saltos

para uma difusão por contiguidade. Esta fase é marcada pela associação entre a concentração temporal e a concentração espacial da territorialidade da Igreja Católica.

FIG. 1: ESTRATÉGIA DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PELA IGREJA CATÓLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

(ELABORADO POR MARIANA LAMEGO):



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das intenções deste artigo foi demonstrar a pertinência e amplitude do estudo sobre os territórios e territorialidade da Igreja Católica para o campo geográfico. A prova evidente deste fato revela-se através da força do Projeto Territorialidade da Igreja Católica no Brasil empreendido pelos geógrafos Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. Muito brevemente outros estados e regiões brasileiras, além de Minas Gerais, São Paulo e Paraná já estudados, serão

alvo das pesquisas constituintes do projeto. Reafirma-se, desta forma, a imensa contribuição de estudos que congreguem religião e espaço para o desenvolvimento da reflexão geográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, R.L. "Territorialidade e Corporação: um exemplo". In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. (org). *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

———. "Espaço – Um conceito chave da geografia". In: CASTRO, I.E. e GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (org). *Geografia, Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

———. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ELIADE, M. *O sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MATTOS, R.B.de. *A rede de lugares centrais no Estado de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. UFRJ/PPG. 2000.

ROSENDAHL, Z. *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

———. CORRÊA, R.L. (2003). *A Territorialidade da Igreja*

Católica no Brasil – 1800 e 1930. Rio de Janeiro. NEPEC/UERJ, 2003 (TEXTOS NEPEC)

———. SACK, R. *Human Territoriality. It's Teory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SINGER, P. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968.

SOUZA, M.J.L.de (1985). "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". IN: CASTRO, I.E. et al. (org). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ABSTRACT

THE AIM OF THIS PAPER IS TO PRESENT THE DISTRIBUTION PATTERN OF THE DIOCESE NETWORK IN MINAS GERAIS. IT IS INTENDED TO DEMONSTRATE THE STRATEGY OF OCCUPATION USED BY CATHOLIC CHURCH IN CREATING AND KEEPING ITS TERRITORIES STARTING FROM AN ANALYSIS AND AN INTERPRETATION OF THE CREATION PROCESS OF DIOCESES, PRELACIES AND ARQUIDIOCESES.

KEYWORDS: TERRITORY – TERRITORIALITY – NETWORK – DIOCESES – RELIGION